# GÊNERO, SEXUALIDADE E ESCOLA: OLHARES E VIVENCIAS DE ESTUDANTES LGBTQ+

**Francisco Kelverton Rodrigues da Silva**[1]

**RESUMO**

O presente artigo apresenta-se como um sucinto recorte da monografia defendida no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, no ano de 2019. Aborda as narrativas dos encontros impermanentes de gênero, sexualidade, escola e seus rebatimentos na democracia. Discorre a partir dos olhares e vivências de alunos (as) LGBTQ+ os conflitos, violências e a busca pela emancipação e exercício da cidadania em um território que ainda sustenta opressões e performances hegemônicas.

*

## Gênero, Sexualidade e Escola: as Inconsistências Democráticas

Para melhor compreensão das experiências relatadas nestas linhas, é necessário contextualizar, por via de reflexões teóricas, alguns apontamentos que se destacam nos debates a respeito das questões de gênero, sexualidade, escola e os atravessamentos com a democracia.

Nesse sentido, este texto fundamenta-se na compreensão dos processos ligados ao gênero e à sexualidade como circunscritos às construções culturais e discursivas que advêm do meio, do externo, das influências e de condicionamentos que sofremos ao longo de nossas existências (LOURO, 2005).

Por esta ótica, se por um lado temos as problemáticas de gênero e sexualidade advindas do campo social, por outro, observa-se na democracia brasileira, uma verdadeira repulsa a tais questões, que enxerga nestas categorias armadilhas para o desmancho do status quo.

1 Pedagogo formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: fkelverton.rodrigues@gmail.com

Logo, estando todos(as) inseridos(as) em um regime democrático, a reflexão de Carla Rodrigues, a partir dos escritos de Jacques Rancière, se mostra pertinente:

> Odeia a democracia, segundo Rancière, todo aquele que pretende mantê-la restrita a uma forma de governo apropriada pelas oligarquias em nome da promoção de um bem comum para o povo. Amar a democracia é defendê-la como forma de organização social capaz de promover direitos a todos aqueles que nasceram sem nenhum título particular para exercer o poder, sem riqueza ou conhecimento. É um diagnóstico duro e cada vez mais atual de como a democracia está posta a serviço de manter o poder na mão de poucos. (RODRIGUES, 2017, p. 31).

As complexidades que interpelam os fenômenos de gênero e sexualidade na democracia brasileira desvelam-se nas relações de desigualdades presentes na sociedade, seja no âmbito institucional, político e/ou nas práticas de sociabilidade cotidianas em que corpos são colocados em estado de negligenciamento, processo retroalimentado por símbolos, representações históricas, sociais e políticas.

Portanto, é essencial nos atermos às artimanhas que são produzidas no interior da democracia brasileira, na qual se utiliza de uma hegemonia engendrada para concretizar o controle das performances que rondam o gênero e das sexualidades que desafiam a norma.

Desse modo, os estudos de Michel Foucault são elucidativos ao demonstrar como historicamente as percepções das sexualidades e as noções de gênero sucedem diversos momentos de transformação, assim como se articulam a histórias pessoais, vinculadas, particularmente às identidades de raça e classe.

Foucault diz que:

> A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1988, p.56).

Constata-se que no campo das políticas de sexualidade e gênero reverberam nos sujeitos mecanismos de vigilância, que se afirmam como grandes ferramentas de subordinação e ordenamento dos corpos.

Diante de tal realidade os esforços para sabotar os mecanismos de dominação precisam vir acompanhadas de resistências estratégicas, apontando nas múltiplas e intricadas opressões como instrumentos de convocatória para mobilizações e trabalhos de base.

Assim sendo, Seffner ao longo de todo seu raciocínio constrói pensamentos que nos impulsionam para a luta unindo a teoria e a práxis.

> Um dos traços de resistência assinalamos no início do texto: Insistir na vinculação das questões de gênero e sexualidade com a ampliação do regime democrático no Brasil. Esse horizonte está posto inclusive pelo campo conservador, que busca diminuir nossa densidade democrática pelo cerceamento das propostas de inclusão: inclusão de pessoas, de temas de estudo e pesquisa, de políticas públicas, de garantias de acesso e permanência no regime escolar e acadêmico. Do ponto de vista do ativismo isso implica migrar de muitas demandas identitárias para conexões mais amplas, e apostar na interseccionalidade como recurso teórico e político. Tomar como tema de estudo e ativismo a mistura de medo e ódio que circula na sociedade é outro ponto. Politizar a luta contra o preconceito de gênero e sexualidade implica estar armado com um conceito que vincula luta contra o preconceito com luta pela ampliação da democracia e mudança social (SEFFNER, 2016, p. 14).

Verificamos então inúmeros métodos de disciplinas que mesmo em sociedades de regime democrático ainda persistem em práticas de repressão. Tal como se observa no território da escola, uma instituição singular dentro das democracias que tende a revelar-se como mais um dispositivo de controle.

Nesta lógica, observamos nessa imensa instituição escolar um sistema que opera na base da manutenção das relações de poder, sustentadas por símbolos, representações e discursos produzidos pelo pensamento dominante (SAVIANE, 2012).

Este sistema tem a capacidade de elaborar normas de comportamentos, formatar personalidades e construir compreensões que incidem direta e indiretamente nas práticas sociais.

Perante a essa ampla organização, a escola acaba por assumir um espaço de reprodução e negação da existência de indivíduos. Porém, é preciso ressaltar que estes indivíduos, na medida em que são submetidos a processos de subalternização, sendo alvo de inúmeras violências simbólicas e explícitas, também constroem progressivamente ideias, sabotagens, resistências.

## LGBTQ+ na Escola: Permanências, Violações e Resistências

Nesta seção são apresentados alguns relatos de jovens LGBTQ+ que estão no Ensino Médio de uma escola da Rede Pública do Estado do Ceará. Os depoimentos trazidos fazem parte do trabalho de campo feito dentro de uma pesquisa de monografia e estão assegurados por termos de consentimento assinado pelos responsáveis dos (as) estudantes que participaram da entrevista. São utilizados nomes e idades fictícios com a finalidade de preservar as identidades desses (as).

Esses (as) jovens falam a respeito da importância da presença e do trabalho com as temáticas de gênero e sexualidade, das vivências diárias no espaço escolar enquanto pessoa LGBTQ+, das arbitrariedades que os (as) afetam, além de mostrarem uma significativa inquietação diante desta realidade.

Daniele aos 16 anos, quando indagada acerca de sua vivência e da importância das abordagens de trabalhos sobre gênero e sexualidade na escola, demonstra confiança e sabedoria ao entender o quanto essas práticas contribuem para a formação e emancipação de alunas e alunos.

Ela diz que:

> *"A presença dessas temáticas é extremamente importante, porque no ambiente familiar não temos esse tipo de conversa. Nessa situação, quando não há um diálogo em casa sobre esses assuntos, e se na escola também não tem, isso afeta os estudantes, pois ficamos totalmente desamparados na hora que mais precisamos. Então, se temos esse tipo de debate, se temos núcleos com rodas de conversas, se temos oficinas com esses tópicos, creio que isso ajudará a gente que está na escola a se entender melhor".*

Apoiados neste relato, evidenciamos uma problemática histórica que traduz como a sociedade - escola vê tais temáticas. Essas posturas tendem a ser acompanhadas por desinformações e preconceitos que reverberam nas relações sociais.

Dessa maneira, é importante nos posicionarmos na defesa de uma escola que se afirme como um espaço de problematização e compartilhamento de experiências que englobe as categorias gênero e sexualidade. Uma vez que é na escola que temos as primeiras experimentações sociais, é o território de elaboração, evocação de múltiplas formas de manifestações culturais. Como também, a instituição escolar é o espaço que constrói resistências.

Alisson, um garoto trans de 16 anos, corrobora com a ideia expressa anteriormente, e agrega novos aspectos. Diz que:

> *"Acho sim importante a presença de formações, aulas sobre gênero e sexualidade, porque acredito que o ensino médio não está habituado em receber pessoas trans. Falo a partir da minha vivência... porque geralmente as travestis, homens e mulheres trans desistem muito antes de chegarem aqui na escola sabe? Porque é uma pressão grande em nossas cabeças. Nosso corpo não é aceito em qualquer local e assim nos vemos caindo na marginalidade. Não nos enxergamos na escola sabe? É o mesmo que não me ver na TV. Tanto que consigo contar nos dedos o quanto de pessoas trans tem aqui na escola e seria ótimo que a instituição escolar tivesse preparo para nos receber".*

Outra fala que fortifica o depoimento de Alisson é a de Shirley, de 17 anos, que afirma o seguinte:

> *"Acredito que a escola pode ser um ambiente bom para algumas pessoas, do mesmo modo, pode ser um ambiente tóxico para outros. Acredito que seja um ambiente negativo quando não estamos encaixados nos padrões, quando somos o "diferente" do que supostamente deveríamos ser. Creio que seja um ambiente ruim porque, por exemplo: temos um amigo que é trans, que a pouco tempo passou por situações horríveis. Tentou se machucar algumas vezes, pois não é aceito em casa, sofria muito na escola e não conseguia se sentir bem em lugar nenhum. Ele se sentia excluído. Sabemos que não temos a vivência dele, as experiências de uma pessoa trans. Então, acaba sendo um ambiente onde ele não se sente parte. Pelo que vejo, estar fora da escola para ele parece ser algo positivo, pois a partir do momento em que não nos sentimos parte de um lugar, que você e suas coisas parecem ser invisíveis, onde você não é acolhido, aceito, creio que seja de fato um ambiente ruim para se estar. Com isso, a escola é o lugar que passamos mais tempo, é o lugar que pode formar quem somos. Se você passa tanto tempo da sua vida em um espaço que você não se sente bem, onde as pessoas que estão lá não te fazem bem, isso só te adoece".*

Segundo o depoimento de Shirley a transexualidade configura-se como controverso pela perspectiva da instituição escolar, que não se mostra acolhedora com transsexuais e demonstra nenhuma aceitação para com esta condição.

Para tanto, a escola por meio da violência simbólica e/ou explícita, põe corpos trans na categoria de diferentes. Diferença não celebrada dentro das diversidades convencionadas pela escola, visto que diante de corpos ditos como "subversivos e transformados" a instituição, familiarizada à norma cis heterossexual, encontra-se confrontada (OLIVEIRA, 2018).

Segundo estudos de Vieira e Soares (2014), que trazem apontamentos alinhados com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT), a taxa de evasão escolar de pessoas transexuais

está em 73%. Percebe-se assim, uma grave possível consequência dessa expulsão: o percentual de travestis e transexuais que recorrem à prostituição ao evadirem da escola que está em torno de 90%.

Por fim, temos a percepção de Victor com 16 anos, que constrói um raciocínio que externa força, segurança e coragem. Ele afirma que a vida de pessoas que contestam as concepções hegemônicas de gênero e de sexualidade no Brasil são constantemente violadas. Suas singularidades não estão resguardadas, ainda que exista a exaltação fervorosa do Brasil como nação "justa e democrática". Para Victor:

> *"É difícil ser LGBTQ+ no Brasil porque temos bastantes casos de mortes dos nossos no país. Não temos culpa de nascer assim, não escolhemos nada. A presença e o trabalho efetivo com essas temáticas com certeza seriam uma forma também de nos manter vivos, de não nos sentir culpados e acabar nos violando. Por isso, falar sobre esses assuntos na escola, trabalhar elas, é dar importância às nossas vidas... pensar em todo mundo que passa por algum problema em casa ou em outro lugar, evitando que mais gente possa se machucar. Nós esperamos estar bem na escola, já que passamos a maior parte do nosso tempo nela, pois caso estejamos em casa e encontremos preconceito, vamos lembrar que existe um lugar que nos acolhe, nos respeita e protege".*

Conforme sugerido na fala de Victor, é possível relacionar a permanência de pessoas LGBTQ+ na escola à acolhida e ao respeito que devem e podem vir a ter pela escola. No entanto essa mesma instituição se monstra como reprodutora de discursos e práticas abusivas, as quais levam muitos sujeitos a serem objeto de negligência. Portanto é urgente tencionar que este país só será verdadeiramente democrático quando de fato assegurar a dignidade e a vida de pessoas LGBTQ+ (CANDAU, MOREIRA, 2008).

## Breves Considerações

Diante das transitórias reflexões propostas, é possível inferir que as possibilidades da sexualidade e de gênero — das maneiras de manifestar seus desejos e prazeres, tal como expressar performances de comportamento e identidade — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas.

Desse modo, é importante ressaltar que o trato das questões de gênero e sexualidade na escola, bem como os direcionamentos que a diversidade

cultural decorrente dessas categorias pode construir na escola, não dirá respeito somente às lutas de minorias sociais historicamente violentadas, mas sim, engloba todos (as) que fazem a comunidade escolar, e perpassa pelas relações que se estabelecem na cotidianidade desse ambiente.

Torna-se urgente encontrar instrumentos políticos e representativos que possam descortinar as narrativas monoculturais sobre gênero e sexualidade, buscando reformular as políticas educacionais, as práticas pedagógicas e as relações existentes no espaço escolar, em direção a uma democracia que sirva e legitime a existências de todos (as).

---

**REFERÊNCIAS**

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade; tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOPES, Luiz Paulo. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio (orgs). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

OLIVEIRA, Megg Rayara. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação. **REVISTA PERIÓDICUS,** v. 1, p. 161, 2018.

RODRIGUES, Carla. Problemas de gênero para e na democracia. **Ciência e Cultura**, v. 69, p. 20, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 42ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 5).

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. In: XI Anped Sul, 2016, Curitiba. Eixo 18 – Gênero, Sexualidade e Educação. **Reunião Científica Regional da Anped:** Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, p. 17.

VIEIRA, Ana Letícia; Soares, Conceição. Por um transpensar a educação. In: PINEL, Hiran; MENDONÇA FILHO, Christovam de (Orgs.) **Homossexualidades:** Violências, Desafios e Possibilidades Pedagógicas. São Carlos: Pedro e João Editores, 2014.